



A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS QUE UTILIZAM METODOLOGIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO MUNDO VIRTUAL

Adriana M. P. Silva
(UFPE- PPGE- PROFHISTÓRIA- CEP/UFPE- CONEP)

3 questões fundamentais



A RAZÃO DE SER DA ÉTICA EM PESQUISA É **PROTEGER AS PESSOAS COMUNS/INDEFESAS** DA SANHA CURIOSA DOS/AS CIENTISTAS



AS METODOLOGIAS DAS HUMANIDADES TAMBÉM APRESENTAM RISCOS



ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL

Pessoas comuns x (maus/más) cientistas

- Século XVIII e XIX – estudos sistemáticos com cobaias humanas
- Século XX – os crimes dos regimes totalitários
- Século XXI – Nos regimes “democráticos” (populações vulneráveis) também há crimes e violações.

As Humanidades, no Brasil, não se reconhecem na tradição de Nuremberg.

Nos CEP's faltam especialistas das CHSSA (trabalho “não reconhecido”)

- BRASIL- SISTEMA CEP/CONEP 1996 (25 ANOS)- 863/+ de 16 mil pessoas
- OBJETIVO CENTRAL: proteger a sociedade, garantir a autonomia (direito de decidir) e a dignidade dos participantes de pesquisas.
- **Trata-se da defesa das pessoas (e não do controle vazio dos cientistas), de assumirmos nosso compromisso cidadão com elas.**

E metodologias das humanidades oferecem riscos?

- **Entrevistas** (em profundidade ou não) oferecem riscos?
- **Observação de campo** (participante ou encoberta) oferece riscos?

Ex: Pesquisas espelhadas, sobre envelhecimento, sobre racismo, sobre abusos sexuais (ou de qualquer tipo), sobre violência doméstica, sobre dificuldades de aprendizagens e etc. (o que fica depois da passagem das pesquisadoras nas vidas dos participantes?)

- No caso das pesquisa “encobertas”, qual é o momento de “revelar” o que está encoberto?

- Experimentos pedagógicos com turmas (escolas públicas) oferecem riscos? O que fazer com quem não “aprendeu” ou não “conseguiu”?

- **Questionários** oferecem riscos?
- AS PESQUISADORAS FAZEM A DEVOLUTIVA AOS PARTICIPANTES?

- **Trata-se de reconhecer os riscos (REAIS) das humanidades e COMPROMETER-SE a minimizá-los, caso sejam inevitáveis, na prática científica.**

QUAIS SÃO AS ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL?

- 1) A maneira e o formato do contato para obtenção do Consentimento/assentimento, e da sua assinatura, devem ser explicitados na metodologia, no texto do projeto. Pessoas menores de 18 anos só podem ser acessadas pelas pesquisadoras, no caso de serem potenciais participantes, depois do consentimento de seus responsáveis.
- a) TODAS AS PESQUISAS TÊM QUE TER O CONSENTIMENTO ANTES DE SER INICIADA - O artigo 4º da 510 não se aplica para pesquisas não presenciais: “Art. 4º O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante”.
- 2) Nos termos, além de toda a explicação compreensível sobre a pesquisa, deve constar:

- a) Explicação ao participante de que o termo de consentimento/assentimento será apresentado antes das perguntas (questionário, formulário ou entrevista), para que ele registre a sua anuência (e saiba, exatamente, como este registro será feito). Caso haja concordância de participação na pesquisa, esta concordância será considerada também quando eles responderem o instrumento utilizado na pesquisa.
- b) Que o participante deve guardar a cópia dos termos (e o registro da sua anuência ou não anuência, se for o caso);
- c) Que o participante pode não responder ao que ele quiser, mesmo que haja “perguntas obrigatórias”; que pode sair da pesquisa a qualquer momento e, para isso, deve ser inserido um link para a retirada do seu consentimento.
- d) Uma declaração, nos Termos de que o pedido de saída da pesquisa (ou de retirada dos dados) por parte do voluntário será recebido (e declarar por qual meio) e que ele será informado quando for realizada a retirada.

- e) Os participantes devem ser explicitamente informados, no Consentimento, no caso em que seus dados pessoais ou sensíveis (origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde, vida sexual, genética ou dado biométrico de pessoas físicas, identificáveis), depois de recebidos, não possam ser excluídos da pesquisa, para que eles consentam, ou não, sabendo desta situação.
- f) Quando a pesquisa for de CHS o participante deve ser informado e decidir se “a sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”; conforme o artigo 9, inciso V da 510/2016.
- g) No caso pesquisas biomédicas, nas quais o participante necessite estar presencialmente junto com a equipe de pesquisa, ele também deverá assinar o TCLE físico, mesmo que já tenha sido contactado e dado o seu consentimento por via eletrônica.
- 3) Os convites para participação nas pesquisas devem ser feitos para cada participante, individualmente, e nunca por meio de uma lista ou de um grupo criado em rede, que permitam, mesmo potencialmente, a identificação dos convidados.

- 4) A pesquisadora deve explicitar no orçamento se a pesquisa terá custos diretos e/ou indiretos com o uso de ferramentas eletrônicas (se ele vai adquiri-las, se são de uso gratuito ou se ele já as possui).
- 5) Além da descrição dos riscos e benefícios da pesquisa, tradicionalmente exigida, a pesquisadora deve explicitar (neste item) e nas explicações dos Termos (para os/as participantes compreenderem), os riscos virtuais aos quais a pesquisa está exposta e os seus limites tecnológicos para evitar o vazamento de dados e potencial quebra de confidencialidade; além disso deve explicitar como fará para superar (ou controlar) tais riscos e limites.
 - a) Deve declarar, no projeto e nos termos, que conhece os riscos e a política de privacidade das ferramentas que utilizar.
 - b) Deve comprometer-se a apagar da nuvem/rede os dados sobre sua pesquisa (todos eles, inclusive os termos, anuências, consentimentos), e guardá-los em dispositivo eletrônico próprio, local.

BIBLIOGRAFIA DESSA CONVERSA

- ALBUQUERQUE, A. Para uma ética em pesquisa fundada nos direitos humanos. **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 412-422, mar. 2013.
- ALVES, A. M. Fazendo antropologia no baile. In: VELHO, G.; KUSCHNER, K. (org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 174-207.
- ALVES, D. A.; TEIXEIRA, W. M. Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e217376, p. 1-21, 2020.
- BRASIL. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa - Versão 1.0. Brasília: CONEP/CNS/MS, 2020.
- BRASIL. ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL. Ofício CONEP, 24/02/2021.

- CAMPOS, R. H. de F. A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e217224, p. 1-20, 2020.
- EUGÊNIO, F. De como olhar onde não se vê: ser antropóloga e ser tia em uma escola especializada **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. em crianças cegas. In: VELHO, G.; KUSCHNER, K. (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 208-220.
- PRADO, R. L. C.; FREITAS, M. C. Normas éticas traduzem-se em ética na pesquisa? Pesquisas com crianças em instituições e nas cidades. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 25-46, jul./set. 2020
- SILVA, Adriana M. P.; FEITOSA, Saulo. O Comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco: 25 anos em defesa da sociedade. In: MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Ética e pesquisa em Educação: subsídios?** volume 2 / Comissão de Ética em Pesquisa da ANPEd. 1ed. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021, v. 2, p. 172-181.